

**TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA, ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA
DIVERSIDADE DE PARADIGMAS ATUAIS**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.018-020>

Gabriel Augusto Miranda Setti

Dr.

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Doutor em Ciências Sociais

RESUMO

INTRODUÇÃO: É certo que o estudo da política, ou seja, desde o que se poderia considerar como filosofia política até o que se dá o nome de ciência política mais estritamente, vem de longa data. Foram inúmeros os pensadores que contribuíram para a consolidação dessa área do conhecimento, desde os primeiros filósofos gregos, passando por pensadores romanos, medievais, modernos, até a atualidade, quando já se fala numa ciência política propriamente dita.

Palavras-chave: Teoria Política Contemporânea. Paradigmas Políticos Atuais. Diversidade Ideológica.

1 INTRODUÇÃO

É certo que o estudo da política, ou seja, desde o que se poderia considerar como filosofia política até o que se dá o nome de ciência política mais estritamente, vem de longa data. Foram inúmeros os pensadores que contribuíram para a consolidação dessa área do conhecimento, desde os primeiros filósofos gregos, passando por pensadores romanos, medievais, modernos, até a atualidade, quando já se fala numa ciência política propriamente dita.

Não se pode negar a importância da política no desenvolvimento das sociedades, o seu papel quase sempre preponderante dentre as diversas instâncias da sociedade. Seria muito difícil traçar um caminho em linha reta a cerca do desenvolvimento da ciência política, da sua corporificação como uma das, senão a mais, importante ciência social.

Não é objetivo central deste ensaio explicitar a história do pensamento político, mas é fato que diversas vezes se fará necessário recorrer a alguns pensadores, que de uma forma ou de outra, deixaram enormes legados para a consolidação deste tipo de pensamento. A proposta principal é a de tentar apontar, na medida do possível, algum rumo da teoria política contemporânea, e colocar a questão acerca das condições reais de possibilidade da execução de um pensamento político sistematizado, que dê conta da realidade social e contribua para o seu desenvolvimento, ou seja, qual é a chance de se construir uma verdadeira ciência política.

Em tempos de paradigmas tão diversos, a grande questão é saber se há algum sinal, mesmo que latente, de se falar em uma ciência política unificada e capaz de resolver questões impostas pela realidade social. Serão discutidos, ao longo do texto alguns paradigmas, vigentes no mundo contemporâneo. Tentar-se-á explicitar alguns fatores imprescindíveis para o entendimento da temática debatida, como globalização, democracia, pós-modernidade e outros que surgirão ao longo da construção do raciocínio.

Para finalizar serão apontadas algumas críticas a esse modelo, como em relação às próprias estruturas de dominação e reprodução da situação vigente. São várias as tentativas de contestação, de busca de melhorias, que devem ser também levadas em conta ao longo do ensaio.

Por fim, não é objetivo desta exposição considerar o povo, as massas, simplesmente como um deus *ex machina* no cenário da luta política. É essencial se entender que no plano da política não há um ator somente, mas uma multiplicidade deles. As decisões políticas não são uma via de mão única, encontram quase sempre resistências, contrariedades, são por vezes contraditórias e escapam à lógica mais do que se imagina.

2 OS NOVOS PARADIGMAS

Como nos aponta a autora Iris Young “*Political theorists in the last quarter-century have been primary custodians of a conception of the political as a participatory and rational activity of*

citizenship.”(YOUNG, 1996, p. 479). Há então uma diversidade de paradigmas¹ na ciência política atual, ou mesmo no pensamento político atual. Por vezes não se encontra nem mesmo um consenso acerca da nomenclatura a ser utilizada sobre qual estágio histórico a sociedade ocidental se encontra.

Alguns autores consideram que se vive atualmente um momento avançado do capitalismo, um capitalismo cada dia mais complexo, diferente daquele teorizado por Marx, quando a efervescência desse sistema clarificava muito bem as contradições desse sistema. Fala-se muito em sociedade pós-moderna, em sociedade pós-industrial, mas o que se nota é uma falta de sintonia entre essas diversas “teorias sociais” novas.

Ao se falar em sociedade pós-moderna ou pós-industrial não se pode deixar de lado o entendimento de um conceito primordial da política contemporânea. É a globalização. Ela é um fator importante na atualidade na medida que surge como uma onda avassaladora de alastramento dos padrões ocidentais em todo o mundo, notadamente dos países hegemônicos, como é o caso dos Estados Unidos da América. O termo globalização possui inúmeras implicações e serve para denominar diversos ramos da sociedade. A globalização é um processo que carrega em seu bojo transformações relacionados à economia, à cultura e à comunicação.

A globalização, tal como entendida pela maioria dos que a estudam, acaba por romper todas as barreiras (ou quase todas) dos países, das cidades, dos continentes, estabelecendo, pelo menos em princípio, padrões mundiais de consumo e de idéias. Esse processo tende a dismantelar, ou a enfraquecer, em muitos casos os padrões locais, no sentido de uma certa uniformidade e uma padronização². Diga-se, uma padronização de consumo, de valores ocidentais baseados em símbolos e produtos cada vez mais supérfluos e simplesmente adequados à lógica do consumismo exacerbado.

A globalização é vista como um processo que transcende o local e instaura o global, o mundial. E outro fator importante desse novo processo mundial é a diminuição ou o encurtamento dos espaços e também a diminuição do tempo para a execução de tarefas.

Depois de se falar um pouco sobre a globalização, faz-se necessário agora discutir alguns pontos de paradigmas atuais da ciência política contemporânea e quais as suas influências e implicações na realidade social.

Um exemplo a ser exposto, que fica no limiar entre a filosofia e a teoria social é o do filósofo inglês John Rawls, que por vezes é confundida vulgarmente com uma teoria liberal. Rawls, em sua **Teoria da justiça**, aponta para uma teoria social baseada no que ele chama de “justiça como equidade”.

¹ Ao utilizar a palavra paradigma não se quer aqui definir estritamente o termo como no livro **A estrutura das revoluções científicas** de Thomas Khun, em que o autor traça todo um caminho da evolução das ciências ao longo do tempo. Toma-se aqui emprestado o termo num sentido mais livre, que permite analisar a realidade atual como um momento que abarca uma infinidade de teorias acerca da sociedade. Diversas abordagens, concepções e pressupostos. Fica assim a referência à obra do autor, tornando por conta e risco próprio a nomenclatura “paradigma”.

² Isso não quer dizer, porém, que as mãos de direção desse processo funcionem simplesmente como uma via de mão única. Nem que, ao contato com as realidades locais, as determinações internacionais se imponham independentemente de reapropriações e de ressignificações.

Ele procura, de fato, elaborar uma teoria da sociedade, uma teoria da igualdade, algo mais amplo que simplesmente uma teoria de governo ou uma teoria do poder.

Assim, para estabelecer o lugar de Rawls no debate contemporâneo poderíamos fazer uma espécie de quadro comparativo entre o seu pensamento e o de outras correntes em determinadas épocas. Entre os aristocratas e os liberais dos séculos XVII e XVIII, Rawls ficaria entre os liberais, entre os socialistas e os defensores da democracia formal dos séculos XIX e XX, Rawls ficaria entre os socialistas; e atualmente, entre os liberais conservadores e os progressistas, Rawls ficaria com os progressistas.

Ele se situa justamente na ponta oposta aos liberais conservadores como Hayek e Friedman, e defende uma teoria que poderia ser chamada de liberal-igualitária, mais identificada com a atuação do Estado em diversos setores da sociedade com o intuito de garantir à população direitos básicos, baseados em princípios de uma “justiça como equidade”. Nesse sentido, ao falar da teoria rawlsiana, definiríamos o seu pensamento mais como da defesa de uma social-democracia eficiente, que minimizaria os efeitos do capitalismo por meio da participação do Estado que buscasse assegurar garantias democráticas e preceitos de igualdade.³

É claro que esse modelo desperta inúmeras críticas por parte dos defensores da livre iniciativa privada, do livre mercado, assinalando que esse modelo não teria sustentabilidade. No entanto, a contribuição de Rawls é considerável e arregimenta muitos pensadores contemporâneos.

Outro importante paradigma da ciência política atual é o feminismo. Esse movimento político-social que ganhou grande importância no cenário político internacional nos últimos anos diz respeito à questões de gênero na política, de forma mais estrita. Mas esse tipo de teoria acaba abraçando outras importantes questões sociais como o preconceito, o racismo, a igualdade de direitos e oportunidades.

Sobre esse assunto citamos um trecho do texto de Young:

“One of most original and far-reaching developments of political theory in the past quarter-century is work in feminist political theory. Feminist theorist politicize the social by questioning a dichotomy of public and private and thereby proposing that family relations, sexuality, and the gendered relations of street, school and workplace are properly political relations.”(YOUNG, 1996, p. 487)

O feminismo não pára por aí. Possui diversas discussões e teorias acerca de assuntos importantes da ciência política. Partindo de alguns pressupostos do feminismo por vezes as conclusões acerca da política e até mesmo da história da política podem chegar a conclusões muito diversas das normalmente aceitas. As teorias feministas estudam, entre outras, das questões de justiça, poder, obrigações, e quais os seus reflexos, principalmente, nas questões de gênero.

³ Ver sua obra mais importante: RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisseta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Se é possível se pensar numa ciência política que foge aos padrões normais impostos pela dominância dos homens ao longo da construção de tal ciência é a proposta do feminismo. É nesse sentido, levantada a possibilidade de se examinar a realidade social sob outro prisma, sob outros pontos de partida, que busquem entender as relações políticas a partir de relações de gênero e quais as conseqüências disso pra construção de um conhecimento consistente.

Até aqui já se foi falado da alternativa da “teoria da justiça” de Rawls e do pensamento político feminista. Passa-se então a analisar um pouco sobre os movimentos sociais e suas influencias no campo político e depois alguns aspectos do que se pode falar sobre teoria democrática.

Com a emergência da globalização e o desenvolvimento do capitalismo, e o conseqüente surgimento do chamado pós-modernismo, surgiram também novos movimentos sócias, muitas vezes como resultado desse desenvolvimento exacerbado. Dando razão ainda ao velho Marx, o desenvolvimento do capitalismo, como era de se esperar trouxe consigo o agravamento da questão social no mundo. As classes pobres estão cada dia mais pobres e a riqueza a cada dia mais concentrada na mão de poucos.

Com isso se pode localizar alguns movimentos sociais em prol da defesa de direitos básicos de sobrevivência, tais como moradia, alimentação, condições mínimas de vida, trabalho, lazer etc. Mas além desses movimentos, surgiram também os novos movimentos sociais que dizem respeito não mais a questões primárias, mas sim a questões mais específicas, como é o caso do movimento contra o racismo, contra direitos dos homossexuais, direitos dos animais, movimentos de proteção do meio ambiente e outros.

Essa multiplicidade de movimentos e interesses difusos, por vezes divergentes, tem marcado e muito a cara da política contemporânea, na medida em que exige dos governantes uma atenção especial a cada um deles, de acordo com o alcance do poder de cada um deles. Questões novas surgiram e continuam surgindo a cada dia, dando uma nova forma ao fazer política atualmente. É nesse fluxo de poder e interesses que se encontra mergulhado o capitalismo pós-industrial.

O espaço político nesse contexto se torna cada dia mais disputado e não encontra mais paradigma dominante, e a partir disso se coloca a difícil questão de se pensar a democracia atual. Ao se falar em democracia pensa-se primeiramente no modelo norte americano, mas será que esse modelo seria viável em países pobres? Talvez a ciência política norte americana não imaginou uma aplicabilidade do seu modelo fora dos limites do seu próprio país, sem levar em conta a discrepância entre os diversos tipos de democracias vigentes no mundo atuais.

Outra questão que se coloca é que talvez a contaminação dessa ciência nos Estados Unidos pelos interesses imperialistas se deu de forma maior do que se possa imaginar e um modelo de democracia frágil em outros países talvez seja muito mais interessante para os países de capitalismo avançado.

A contribuição de alguns autores sobre a questão da democracia atual é extremamente relevante no momento. Como por exemplo, Schumpeter que considera o modelo democrático uma cortina de fumaça sobre o real jogo de disputa de elites que existe no plano político. Para esse pensador a ilusão da democracia nada mais é que uma simples legitimação das pessoas às elites que de fato controlam a máquina pública.

Outro autor que levanta questões sobre esse assunto é Pareto. Ele considera que há nas sociedades ao longo do tempo uma circulação de elites, e que o equilíbrio é algo sempre dinâmico. O desequilíbrio acontece entre o que ele chama de resíduos de diferentes classes. Para a Análise política Pareto considera dois principais resíduos, o chamado instinto de combinações e a persistência de agregados. O primeiro é próprio das classes progressistas da sociedade e a segunda expressa o conservadorismo. Se houver desequilíbrio entre a distribuição social desses dois tipos de resíduos a sociedade pode ser levada a passar por momentos de instabilidade, podendo ser geradas até mesmo revoluções.

A importante contribuição desses autores está relacionada ao fato de apontarem a democracia representativa como nada mais que um jogo das elites para continuarem no poder. É pressuposto metodológico da análise deste ensaio não considerar o povo como simples coadjuvante no campo político, mas é inegável que a crítica de autores como Pareto e Schumpeter é relevante na medida em que desvela a ilusão de que somente uma democracia representativa, ou seja, somente o sufrágio universal é fator necessário para que se possa falar numa democracia substantiva.

3 CONCLUSÃO

O intuito deste ensaio foi o de apresentar superficialmente a diversidade de paradigmas na ciência política atual e tentar demonstrar que há uma diversidade de respostas para as questões atuais. Há de se pensar numa ciência política que corporifique os valores ético-morais da sociedade ocidental ou apenas numa metodologia a serviço dos interesses do grande capital.

A despeito da diversidade de correntes, pensamentos e tentativas de soluções, pode-se falar numa crise atual de paradigmas na ciência política em geral. Coloca-se a questão a todo momento, mesmo que implicitamente, se o modelo dicotômico predominante nas academias, de marxistas em confronto com liberais dá conta da complexidade da realidade social atual. Não se pode afastar a idéia de que por vezes essa disputa se perde em divergências conceituais e até mesmo pessoais, calcadas em posicionamento social, e abre espaço pra nada mais que uma filosofia política.

Será que o pensador político está realmente voltado para a verdade efetiva dos fatos e a sua abordagem traz contribuições para a melhoria das condições sociais da maioria das pessoas pobres do mundo? Os ideais de democracia burgueses talvez não passem de cortinas para os olhos das pessoas, introjetando valores que reproduzam a opressão e a exclusão.



Não se quer aqui pregar nenhuma teoria da conspiração, mas sim questionar o modelo vigente, que por suas próprias contradições cria cada dia maior massa de despossuídos. Será que discussões conceituais sobre individualismo e coletivismo não deveriam ultrapassar os muros da academia e buscar soluções concretas para os problemas sociais, que são também problemas políticos.

Alternativas como de Rawls, baseados numa justiça eqüitativa servem para abrir os olhos para a complexidade da realidade social e buscar soluções mais substantivas. O que falta é transformar a mesma numa ciência efetiva, que corrobore para a resolução de problemas sociais e o desenvolvimento das sociedades humanas.



REFERÊNCIAS

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisseta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

YOUNG, I. M. Political theory: an overview. Págs. 479-502 em Robert E. Goodin e Hans-Dieter Klingemann (eds.) **A New Handbook of Political Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996.